

BPAG - Brazilian
Premium Auto
Group S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone 55 (16) 3323-6650, Fax 55 (16) 3323-6651
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.
São Paulo - São Paulo

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as debêntures contêm obrigações contratuais, como manutenção de certos índices financeiros, operacionais e performance financeira. A controlada, BCLV Comércio de Veículos S.A., não atingiu o índice de relação Dívida Líquida/EBITDA que seria uma das obrigações contratuais relacionadas a indicadores financeiros. A Administração acredita que obterá êxito na renegociação das condições determinadas em contrato junto à instituição financeira envolvida obtendo um consentimento da instituição financeira (*waiver*) pelo não cumprimento de certas obrigações e portanto, manteve o saldo classificado em empréstimos e financiamentos em função de seus vencimentos originais. Em razão disso o saldo do passivo não circulante está maior em R\$ 14.238 mil (R\$ 26.443 mil em 2014) e o passivo circulante a menor no mesmo valor, uma vez que pelo descumprimento de cláusulas contratuais o vencimento original do contrato é acelerado para o pagamento imediato.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações financeiras consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto, 15 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

André Luiz Monaretti
Contador CRC 1SP160909/O-3

Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2015	2014	2015	2014
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	3.704	5.258	180	211
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	11	32.938	38.023	-	-
Estoques	12	85.948	88.326	-	-
Adiantamentos a fornecedores		860	1.196	-	-
Impostos a recuperar		640	593	-	-
Outros ativos	13	10.370	5.398	-	-
Total do ativo circulante		134.460	138.794	180	211
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Ativos fiscais diferidos	14	4.762	5.975	-	-
Depósitos judiciais e outros		414	811	-	-
Total do realizável a longo prazo		5.176	6.786	-	-
Investimentos	15	-	-	13.269	19.022
Imobilizado	16	72.750	73.176	-	-
Intangível	17	36.805	37.173	-	-
		109.555	110.349	13.269	19.022
Total do ativo não circulante		114.731	117.135	13.269	19.022
Total do ativo		249.191	255.929	13.449	19.233

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2015	2014	2015	2014
Circulante					
Fornecedores	18	94.317	91.262	-	-
Empréstimos e financiamentos	19	41.203	44.929	-	-
Debêntures	20	12.204	12.204	-	-
Adiantamentos de clientes	22	8.072	8.320	-	-
Salários, encargos sociais e tributos a recolher	23	7.354	8.514	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher		162	-	-	-
Outras contas a pagar		6.663	1	4.526	1
Total do passivo circulante		169.975	165.230	4.526	1
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	43.504	31.269	-	-
Debêntures	20	14.238	26.443	-	-
Provisões para contingências	24	652	652	-	-
Total do passivo não circulante		58.394	58.364	-	-
Patrimônio líquido					
Capital social	25	38.797	35.797	38.797	35.797
Adiantamento para futuro aumento de capital social		-	3.000	-	3.000
Prejuízos acumulados		(29.874)	(19.565)	(29.874)	(19.565)
Atribuível aos controladores		8.923	19.232	8.923	19.232
Participação de não controladores		11.899	13.103	-	-
Total do patrimônio líquido		20.822	32.335	8.923	19.232
Total do passivo		228.369	223.594	4.526	1
Total do passivo e patrimônio líquido		249.191	255.929	13.449	19.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.**Demonstrações de resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

		<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	Nota	2015	2014	2015	2014
Receita operacional líquida	26	693.010	1.052.727	-	-
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	27	<u>(611.353)</u>	<u>(934.799)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		<u>81.657</u>	<u>117.928</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Receitas(despesas) operacionais					
Despesas comerciais	28	(39.057)	(51.770)	-	-
Despesas gerais e administrativas	29	(44.360)	(62.762)	(32)	(37)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	30	<u>5.894</u>	<u>(1.111)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		4.134	2.285	(32)	(37)
Despesas financeiras		(22.634)	(24.956)	-	-
Receitas financeiras		<u>487</u>	<u>903</u>	<u>-</u>	<u>11</u>
Resultado financeiro líquido	31	<u>(22.147)</u>	<u>(24.053)</u>	<u>-</u>	<u>11</u>
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	15	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.117)</u>	<u>(14.480)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(18.013)</u>	<u>(21.768)</u>	<u>(10.149)</u>	<u>(14.506)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	(705)	(89)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	<u>747</u>	<u>(53)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício		<u>(17.971)</u>	<u>(21.910)</u>	<u>(10.149)</u>	<u>(14.506)</u>
Resultado atribuído para:					
Acionistas controladores		(10.149)	(14.506)	-	-
Acionistas não controladores		<u>(7.822)</u>	<u>(7.404)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício		<u>(17.971)</u>	<u>(21.910)</u>	<u>(10.149)</u>	<u>(14.506)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2015	2014	2015	2014
Resultado do exercício	<u>(17.971)</u>	<u>(21.910)</u>	<u>(10.149)</u>	<u>(14.506)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(17.971)</u></u>	<u><u>(21.910)</u></u>	<u><u>(10.149)</u></u>	<u><u>(14.506)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Atribuível aos acionistas controladores			Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido	
		Capital social	Adiantamento futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados			
Saldos em 1º de dezembro de 2014		35.158	-	(5.059)	30.099	10.062	40.161
Aumento de capital social		639	-	-	639	1.000	1.639
Adiantamento para futuro aumento de capital social		-	3.000	-	3.000	10.000	13.000
Lucros distribuídos em controladas		-	-	-	-	(555)	(555)
Resultado do exercício		-	-	(14.506)	(14.506)	(7.404)	(21.910)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	25	<u>35.797</u>	<u>3.000</u>	<u>(19.565)</u>	<u>19.232</u>	<u>13.103</u>	<u>32.335</u>
Aumento de capital social		3.000	(3.000)	-	-	1.400	1.400
Transações entre acionistas		-	-	(160)	(160)	5.218	5.058
Resultado do exercício		-	-	(10.149)	(10.149)	(7.822)	(17.971)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>38.797</u>	<u>-</u>	<u>(29.874)</u>	<u>8.923</u>	<u>11.899</u>	<u>20.822</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2015	2014	2015	2014
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Resultado do exercício	(17.971)	(21.910)	(10.149)	(14.506)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	12.404	12.483	-	-
Valor residual do imobilizado baixado	5.873	5.498	-	-
Valor residual do intangível baixado	448	9.760	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	10.117	14.480
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	16.452	17.470	-	-
Provisão para contingências	-	(110)	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	400	-	-	-
Provisão para perda no valor recuperável dos estoques	1.500	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(747)	53	-	-
Custo de transações das debêntures	296	296	-	-
Redução (aumento) em contas a receber e outros recebíveis	4.685	(3.108)	-	-
Redução em estoques	878	18.427	-	-
Redução em adiantamentos a fornecedor	336	2.267	-	-
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(47)	117	-	-
Redução (aumento) em outros ativos circulantes	112	(3.550)	-	-
Redução em depósitos judiciais	2.356	27	-	-
Aumento (redução) em fornecedores	3.055	(15.595)	-	-
(Redução) em adiantamentos de clientes	(248)	(441)	-	-
(Redução) em salários, encargos sociais e tributos a recolher	(455)	(199)	-	-
Aumento (redução) em outras contas a pagar	6.663	(759)	1	-
Juros pagos de financiamentos	(16.455)	(17.470)	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(543)	-	-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	<u>18.992</u>	<u>3.256</u>	<u>(31)</u>	<u>(26)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Caixa proveniente de transações entre acionistas	5.058	-	-	-
Aquisição de imobilizado	(17.347)	(22.355)	-	-
Caixa proveniente de alienação de imobilizado	-	8.102	-	-
Aquisição de intangível	(584)	(20.572)	-	-
Aquisição de investimentos	-	-	-	- 3.000
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	<u>(12.873)</u>	<u>(34.825)</u>	<u>-</u>	<u>(3.000)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	85.761	107.637	-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures	(89.750)	(87.502)	-	-
Empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas	(5.084)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	13.000	-	2.501
Aumento de capital social	1.400	1.639	-	639
Dividendos pagos	-	(555)	-	-
Caixa usado nas (proveniente das) atividades de financiamentos	<u>(7.673)</u>	<u>34.219</u>	<u>-</u>	<u>3.140</u>
(Redução) aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.554)</u>	<u>2.650</u>	<u>(31)</u>	<u>114</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1 ° de janeiro	<u>5.258</u>	<u>2.608</u>	<u>211</u>	<u>97</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>3.704</u>	<u>5.258</u>	<u>180</u>	<u>211</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A., localizada na Rua Funchal, nº 418, conjunto 3.101, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. Suas controladas diretas, BCLV Comércio de Veículos S.A., BVGE Comércio de Veículos Ltda, BVHD locação de Veículos e serviços Ltda e VBCP Comércio de Veículos Ltda compreendem uma rede de concessionárias especializadas em veículos Premium, que têm como objeto social o comércio de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios, nacionais e importados, novos e usados, a assistência técnica e a consignação de autos e motos; importação de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios; comércio varejista de combustíveis e lubrificantes; participação em outras sociedades empresárias ou não, como sócia, ou acionista (holding); consultoria em gestão de concessionárias de veículos; e locação de veículos próprios ou de terceiros (exceto arrendamento mercantil); intermediação de venda de veículos.

BCLV Comércio de Veículos S.A.

A BCLV Comércio de Veículos S.A., localizada na Avenida Wladimir Meirelles Ferreira, 1.600, Jardim Botânico, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, com nome fantasia EUROBIKE, compreende uma rede de concessionárias especializadas em veículos *premium*. A Companhia tem como objeto social o comércio de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios, nacionais e importados, novos e usados, a assistência técnica e a consignação de autos e motos; importação de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios; comércio varejista de combustíveis e lubrificantes; participação em outras sociedades empresárias ou não, como sócia, ou acionista (holding); consultoria em gestão de concessionárias de veículos; e locação de veículos próprios ou de terceiros (exceto arrendamento mercantil); intermediação de venda de veículos.

Em 01 de julho de 2015, a BCLV Comércio de Veículos S.A. celebrou contrato de venda das filiais BMW e Jaguar/Land Rover localizadas na cidade de São José do Rio Preto. Pelo contrato, a Companhia vendeu para a compradora os ativos inerentes à operação de venda/ revenda de automóveis e serviços de oficina mecânica.

BVGE Comércio de Veículos Ltda.

A BVGE Comércio de Veículos Ltda., localizada na Avenida Portugal, 2.537, Jardim São Luiz, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, com nome fantasia EUROBIKE SEMINOVOS, compreende uma rede de concessionárias especializadas em veículos *premium*. A sociedade tem como objeto social o comércio de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios, nacionais e importados, novos e usados, a assistência técnica e a consignação de autos e motos; importação de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios; comércio varejista de artigos do vestuário e souvenirs; participação em outras sociedades empresárias ou não, como sócia, ou acionista (holding); consultoria em gestão de concessionárias de veículos; atividades de correspondente bancário; armazenamento de veículos e intermediação de venda de veículos.

BVCP Comércio de Veículos Ltda

A BVCP Comércio de Veículos Ltda., localizada na Avenida dos Bandeirantes, 1.811, Vila Olímpia, São Paulo, Estado de São Paulo, com nome fantasia EUROBIKE SEMINOVOS SÃO PAULO, é uma concessionária de veículos nacionais e importados. A Empresa tem como objeto social o comércio de veículos/motocicletas(novos e usados) e peças/acessórios; consultoria em gestão de concessionárias de veículos; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; intermediação de venda de veículos e serviços de blindagem

BVHD Locação de Veículos e Serviços Ltda

A BVHD Locação de Veículos e Serviços Ltda., localizada na Rua Comendador Miguel Calfat, 460, Vila Nova Conceição, São Paulo, Estado de São Paulo, com nome fantasia FLEET SERVICES, é uma locadora de veículos Premium. A sociedade tem como objeto social a locação de veículos novos e usados, blindados ou não; prestação de serviços de manutenção e oficina em veículos; e intermediação de negócios.

2 Entidades do grupo

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Controladora BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A. e as seguintes controladas:

Controlada direta	País	Controle	Participação 2015	Participação 2014
BCLV Comércio de Veículos S.A.	Brasil	Direto	50,00001%	66,48433%
BVAC Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	Direto	-	93,79801%
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	Direto	60,00000%	-
BVCP Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	Indireto	57,69000%	-
BVHD Locação de Veículos e Serviços Ltda.	Brasil	Indireto	70,00000%	-

Em 30 de dezembro de 2015, o acionista majoritário da BCLV Comércio de Veículos S.A. vendeu para a Companhia 9.048.547 ações de sua propriedade, retomando a Companhia, dessa forma, sua participação majoritária na controlada.

As ações foram da BCLV Comércio de Veículos S.A. foram compradas pelo valor unitário de R\$ 0,50.

3 Incorporação de empresa

Em 30 de outubro de 2015 a empresa BVAC Comércio de Veículos Ltda, controlada da Companhia, foi incorporada pela controlada BCLV Comércio de Veículos S.A. devido as atividades exercidas serem complementares entre si. A Administração entende que o contexto de reorganização societária do grupo seria o melhor caminho para permitir o pleno desenvolvimento do plano de negócios de ambas e o incremento de valor para os acionistas, tendo em vista as sinergias administrativas e operacionais que podem ser obtidas, o oferecimento de melhores serviços, compartilhamento de práticas empresariais, visando à redução de riscos operacionais, de mercado, de crédito e de liquidez, bem como a redução de custos financeiros, a otimização de recursos humanos e financeiros e a expansão das atividades desenvolvidas por ambas que tal operação proporcionará.

4 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 30 de maio de 2016.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 8.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 32 - Instrumentos Financeiros; e
- Nota explicativa nº 34 - Compromissos com contratos.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 14 - Ativos e passivos fiscais diferidos;
- Nota explicativa nº 15 - Investimentos;
- Nota explicativa nº 16 - Imobilizado;
- Nota explicativa nº 17 - Intangível; e
- Nota explicativa nº 24 - Provisões para contingência.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 32** - instrumentos financeiros.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

8 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Participação de não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida.

b. Receita operacional

(i) Venda de mercadorias

A receita operacional da venda de mercadorias (veículos novos e usados, peças, acessórios e agregados) no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais da modalidade da venda, mas normalmente coincide com o momento da retirada do produto vendido.

(ii) Bônus

O bônus recebido pelas suas controladas das montadoras de automóveis é reconhecido quando já é certo que o seu recebimento ocorrerá e quando o valor pode ser mensurado com confiabilidade.

(iii) Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por ordens de serviços referentes a trabalhos realizados.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- rendimento sobre aplicações financeiras;
- juros e multas recebidos;
- despesas bancárias;
- juros sobre financiamentos e debêntures;
- impostos sobre operações financeiras;
- descontos concedidos; e
- descontos obtidos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

d. Benefícios a empregados

(i) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

(ii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis que não excedem o valor realizável líquido, sendo as peças valorizadas pelo critério do custo médio ponderado e os veículos pelo custo de aquisição.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Edificações	60 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h. Ativos intangíveis

(i) Software

As licenças de programas de computador (“*softwares*”) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas foram capitalizadas pelo custo e os gastos associados à manutenção dessas são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de 5 anos para os ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

(ii) Fundo de comércio

O fundo de comércio é composto de um conjunto de bens corpóreos ou incorpóreos que facilitam o exercício da atividade mercantil. No caso do fundo de comércio detido pelas suas controladas os valores representam a possibilidade de comercializar seus veículos em alguns lugares estratégicos para seu negócio.

O fundo de comércio não tem prazo para término do benefício, sendo ele condicionado apenas à saída da Companhia do lugar e, portanto, sua vida útil é indeterminada, não sendo amortizado.

A cada encerramento de exercício é realizado o teste de *impairment* do fundo de comércio.

(iii) Direitos de concessão

Os direitos de concessão possuídos pela suas controladas são direitos de comercializar certas marcas de automóveis *premium* em uma certa localização.

Os direitos de concessão são renovados por prazo indeterminado, sendo seu término condicionado à venda dos mesmos para outra companhia.

A cada encerramento de exercício é realizado o teste de *impairment* dos direitos de concessão.

i. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis

A Companhia e suas controladas classificam passivo financeiro não derivativos na seguinte categoria: outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido no estatuto, são reconhecidos como passivo ou retidos. Vide nota explicativa nº 25.

j. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

l. Arrendamentos

(i) *Determinando quando um contrato contém um arrendamento*

No início do contrato, a Companhia e suas controladas determinam se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia e suas controladas separam os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia concluir, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

(ii) *Ativos arrendados*

Os arrendamentos, em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos referentes aos arrendamentos mercantis operacionais não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas, sendo reconhecidos como despesa à medida que os pagamentos das prestações contratuais são efetuados.

(iii) *Pagamento de arrendamentos*

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas estão avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia e suas controladas estão avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- (i) *IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios)*
- (ii) *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)*
- (iii) *Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas*
- (iv) *Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).*
 O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e saldo bancário	3.704	4.513	180	211
Aplicações financeiras	-	745	-	-
	<u>3.704</u>	<u>5.258</u>	<u>180</u>	<u>211</u>

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na entidade e saldos em poder de bancos.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis, principalmente CDI, tendo como contraparte bancos de primeira linha.

A exposição da Companhia e de suas controladas a risco de crédito e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa nº 32.

11 Contas a receber de cliente e outros recebíveis

	<u>Consolidado</u>	
	2015	2014
Duplicatas a receber	20.900	28.794
Clientes partes relacionadas - Nota explicativa nº 21	65	-
Cartões a receber	7.942	7.560
Outros créditos	<u>4.031</u>	<u>1.669</u>
Total	<u>32.938</u>	<u>38.023</u>

A Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2015 não possuíam nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa nº 32.

12 Estoques

	<u>Consolidado</u>	
	2015	2014
Veículos novos	62.841	55.696
Veículos usados	4.318	7.735
Motos novas	3.009	5.542
Motos usadas	440	1.233
Peças e acessórios	14.981	17.509
Outros	<u>359</u>	<u>611</u>
Total	<u>85.948</u>	<u>88.326</u>

A despesa com a constituição da provisão para perda de estoque foi registrada na rubrica “Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados” na demonstração do resultado no montante de R\$ 1.500.

13 Outros ativos

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamentos diversos	931	1.436
Contas a receber por empréstimos - Nota explicativa nº 21	5.084	-
Despesas antecipadas	384	462
Outras contas a receber (i)	3.971	3.500
	10.370	5.398

- (i) O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2014 refere-se à venda de duas filiais de sua controlada BCLV Comércio de Veículos S.A. localizadas nas cidades de São Paulo e Barueri, pelo montante de R\$ 15.000, sendo a última parcela recebida em maio de 2015. Em 01 de julho de 2015, a BCLV Comércio de Veículos S.A. celebrou contrato de venda das filiais BMW, Jaguar e Land Rover localizadas na cidade de São José do Rio Preto, pelo montante de R\$ 9.990, sendo recebido um sinal na assinatura do contrato e o restante parcelado em sete vezes. Pelo contrato, a Companhia vendeu para a compradora: máquinas/equipamentos, móveis/utensílios, ferramentas, estoque de peças e acessórios para veículos da marca BMW e Jaguar/Land Rover, instalações e benfeitorias realizadas nas filiais.

14 Ativos e passivos fiscais diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado possuem as seguintes origens:

	Consolidado			
	Ativo/(Passivo)		Resultado	
	2015	2014	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social				
Provisão para contingências	222	222	-	(37)
Provisão para valor não realizável nos estoques	695	123	510	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	348	212	136	(30)
Prejuízo fiscal a compensar	3.716	5.736	-	(86)
Custo de transação	(217)	(318)	101	100
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	4.762	5.975	747	(53)

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos prejuízos acumulados no montante de R\$ 13.705 na sua controlada BCLV Comércio de Veículos SA, pois a administração considera que não é provável que lucros tributáveis futuros venham estar disponíveis. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Conciliação de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:

	Consolidado	
Reconciliação da taxa efetiva	2015	2014
Resultado do exercício antes dos impostos	(18.013)	(21.768)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	6.124	7.401
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	(6.090)	(7.616)
Compensação com prejuízo fiscal	(9)	(49)
Despesas não dedutíveis	147	(52)
Despesas dedutíveis	-	2
Outras	(130)	172
Imposto corrente	(705)	(89)
Imposto diferido	747	(53)
Alíquota efetiva	0,04%	0,00%-

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

15 Investimentos

A Companhia registrou uma perda de R\$ 10.117 em 2015 (perda de R\$ 14.480 em 2014) de equivalência patrimonial de suas controladas.

Nenhuma das controladas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras em controladas:

	Controladora	
	2015	2014
BCLV Comércio de Veículos S.A.	9.431	8.813
BVAC Comércio de Veículos Ltda.	-	7.226
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	3.838	2.983
	13.269	19.022

	Participação	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Ativo Líquido Total	Outros (i a iv)	Participação no Ativo Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência Patrimonial
31 de dezembro de 2015														
BCLV Comércio de Veículos S.A.	50,00001%	123.906	110.777	234.683	160.602	55.218	215.820	18.863	-	9.431	648.049	(666.920)	(18.871)	(10.971)
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	60,00000%	8.909	9	8.918	3.522	-	3.522	5.396	1.000	3.838	49.761	(48.337)	1.424	854
		<u>132.815</u>	<u>110.786</u>	<u>243.601</u>	<u>164.124</u>	<u>55.218</u>	<u>219.342</u>	<u>24.259</u>	<u>(4.245)</u>	<u>13.269</u>	<u>697.810</u>	<u>(715.257)</u>	<u>(17.447)</u>	<u>(10.117)</u>
31 de dezembro de 2014														
BCLV Comércio de Veículos Ltda.	66,48433%	101.318	69.811	171.129	102.521	45.906	148.427	22.702	(9.445)	8.813	792.008	(814.107)	(22.099)	(14.691)
BVAC Comércio de Veículos Ltda.	93,79801%	41.118	47.324	88.442	70.533	12.458	82.991	5.451	2.255	7.226	260.719	(260.476)	243	228
BVGE Comércio de Veículos Ltda.	-	4.000	-	4.000	28	-	28	3.972	1.000	2.983	-	(28)	(28)	(17)
		<u>146.436</u>	<u>117.135</u>	<u>2463.571</u>	<u>173.082</u>	<u>58.364</u>	<u>231.446</u>	<u>32.125</u>	<u>6.190</u>	<u>19.022</u>	<u>1.052.727</u>	<u>(1.074.611)</u>	<u>(21.884)</u>	<u>(14.480)</u>

- (i) Adiantamento para futuro aumento de capital realizado pela BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A. em sua controlada no valor total de R\$ 1.100 e ao Adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 10.000 realizado por um dos sócios na BCLV Comércio de Comércio de Veículos SA.
- (ii) De acordo com a Ata de Reunião de sócios de 02 de setembro de 2013, foi aprovada a distribuição desproporcional de lucros da BVAC Comércio de Veículos Ltda. no valor de R\$ 1.700;
- (iii) De acordo com a 17ª alteração do contrato social da BVAC Comércio de Veículos Ltda, foi aprovada a distribuição de dividendos aos sócios no montante de R\$ 555;
- (iv) Aumento capital social por sócios não controladores no valor de R\$ 1.000.

16 Imobilizado - consolidado

	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Instalações	Benfeitorias	Obras em andamento	Outros	Total
Custo										
Saldo em 1º de janeiro de 2014	3.839	18.974	10.600	19.199	8.883	2.024	30.374	3.961	111	97.965
Adições	-	3.570	2.947	14.431	-	693	8.251	-	-	29.892
Baixas	-	(2.360)	(2.069)	(7.743)	-	(270)	(10.053)	-	-	(22.495)
Transferências	3.961	-	-	-	-	-	-	(3.961)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	7.800	20.184	11.478	25.887	8.883	2.447	28.572	-	111	105.362
Adições	-	2.184	466	8.349	-	138	6.210	-	-	17.347
Baixas	-	(2.703)	(1.064)	(2.878)	-	(418)	(3.640)	-	(111)	(10.814)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.800	19.665	10.880	31.358	8.883	2.167	31.142	-	-	111.895
Depreciação										
Saldo em 1º de janeiro de 2014	(288)	(8.032)	(3.021)	(4.994)	-	(568)	(12.241)	-	-	(29.144)
Adições	(86)	(2.217)	(1.102)	(3.635)	-	(217)	(4.679)	-	-	(11.936)
Baixas	-	1.037	686	2.418	-	109	4.644	-	-	8.894
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(374)	(9.212)	(3.437)	(6.211)	-	(676)	(12.276)	-	-	(32.186)
Adições	(97)	(1.839)	(888)	(4.120)	-	(214)	(4.742)	-	-	(11.900)
Baixas	-	1.382	297	1.026	-	183	2.053	-	-	4.941
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(471)	(9.669)	(4.028)	(9.305)	-	(707)	(14.965)	-	-	(39.145)
Valor contábil										
Em 31 de dezembro de 2014	7.426	10.972	8.041	19.676	8.883	1.771	16.296	-	111	73.176
Em 31 de dezembro de 2015	7.329	9.996	6.852	22.053	8.883	1.460	16.177	-	-	72.750

Garantia

Bens do ativo imobilizado foram concedidos em garantia de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 4.243 (R\$ 4.336 em 2014).

Análise do valor de recuperação

De acordo com o CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, as suas controladas avaliaram, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seus valores de recuperação.

O resultado de tal avaliação em 31 de dezembro de 2015 não apontou necessidade de provisão para redução no valor recuperável destes ativos.

17 Intangível - consolidado

	Software	Fundo de comércio	Direito de concessão	Marcas e patentes	Total
<i>Custo</i>					
Saldo em 1º de janeiro de 2014	1.241	4.770	21.580	201	27.792
Adições	409	282	19.835	47	20.573
Baixas	(81)	(4.200)	(5.556)	-	(9.837)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>1.569</u>	<u>852</u>	<u>35.859</u>	<u>248</u>	<u>38.528</u>
Adições	560	-	-	24	584
Baixas	(48)	-	(450)	-	(498)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>2.081</u>	<u>852</u>	<u>35.409</u>	<u>272</u>	<u>38.614</u>
<i>Amortização</i>					
Saldo em 1º de janeiro de 2014	(885)	-	-	-	(885)
Adições	(547)	-	-	-	(547)
Baixas	77	-	-	-	77
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>(1.355)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.355)</u>
Adições	(504)	-	-	-	(504)
Baixas	50	-	-	-	50
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(1.809)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.809)</u>
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2014	214	852	35.859	248	37.173
Em 31 de dezembro de 2015	272	852	35.409	272	36.805

Os valores recuperáveis dos ativos intangíveis de vida útil indefinida, relacionados aos saldos de fundo de comércio e direito de concessão, foram estimados com base em seu valor de uso, conforme mencionado na nota explicativa nº 32.

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa, taxas de crescimento na perpetuidade e margem EBIT. Os valores determinados para as premissas chave representou a avaliação da Administração às tendências futuras no comércio de veículos *Premium* e foram baseadas tanto em fontes externas como fontes internas (dados históricos). As premissas-chave utilizadas estão demonstradas abaixo e refletem a média ponderada dos testes de recuperação calculados:

	Consolidado	
	Taxa média ponderada (em percentual)	
	2015	2014
Taxa de desconto	7,14%	6,90%
Taxa de crescimento (perpetuidade)	0%	0%
Margem EBIT (média ponderada para os próximos cinco anos)	2%	6,11%

18 Fornecedores

	Consolidado	
	2015	2014
Fornecedores de veículos	85.528	82.298
Fornecedores de veículos partes relacionadas - Nota explicativa nº 21	1	760
Fornecedores de peças	6.612	5.079
Fornecedores diversos	2.176	3.125
	94.317	91.262

As controladas avaliaram o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2015 e 2014 e concluíram que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A exposição das controladas a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores estão divulgadas na nota explicativa nº 32.

19 Empréstimos e financiamentos - consolidado

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição de suas controladas a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa 32.

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargos	Ano de vencimento	2015	2014
Capital de giro	R\$	CDI	19 %a.a.	2016	29.520	20.188
Capital de giro	R\$	-	18 %a.a.	2016 - 2017	3.000	7.367
BNDES Automático	R\$	TJLP	6,90 %a.a.	2015	-	1.170
BNDES Automático	R\$	-	5,08 %a.a.	2015	-	262
Conta garantida	R\$	CDI	15,68%a.a.	2016	4.011	11.204
Conta garantida	R\$	-	17,88%a.a.	2016	6.268	8.133
Financiamento imobiliário	R\$	-	13,50 %a.a.	2021	2.571	3.061
Leasing	R\$	-	16,30 %a.a.	2017 - 2018	7.060	5.175
Finame	R\$	TJLP	13,22 %a.a.	2015	-	36
Finame	R\$	-	2,50 %a.a.	2019	4.772	5.990
Cédula de Crédito Bancário	R\$	-	17,30% %a.a.	2016 - 2017	1.500	3.612
Empréstimos entre partes relacionadas - Nota explicativa nº21	R\$	CDI	13,68 % a.a.	2017	22.017	10.000
					84.707	76.198
Circulante					(41.203)	(44.929)
Não circulante					43.504	31.269

Segue abaixo cronograma de amortização da dívida

Exercício	2015	2014
2015		44.929
2016	41.203	20.017
2017	35.128	6.014
2018	6.157	3.136
2019 à 2021	2.219	2.102
	84.707	76.198

Garantias

Para os empréstimos e financiamentos pelas suas controladas são concedidos como garantias aval do controlador e imóveis.

20 Debêntures - Consolidado

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargos	Ano de vencimento	2015	2014
Debêntures	R\$	CDI	15,85% a.a.	2016 -2018	26.442	38.647
Circulante					12.204	12.204
Não circulante					14.238	26.443

Em 05 de fevereiro de 2013, a controlada BCLV Comércio de Veículos S.A. realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 50.000. Foram emitidas 50 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2014 e último vencimento em 15 de fevereiro de 2018. As Debêntures serão atualizadas com base na variação acumulada do CDI acrescido da taxa percentual equivalente a 2,67% ao ano.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagável mensalmente, iniciando a partir de 15 de março de 2013 até 15 de fevereiro de 2018.

Quebra de cláusulas contratuais (covenants)

De acordo com os termos do contrato essas debêntures serão pagas em parcelas anuais nos próximos 3 anos. Contudo, o contrato contém *covenants* que estabelecem ao final de cada exercício social a relação da Dívida Líquida x EBITDA calculadas com base nas demonstrações financeiras anuais seja igual ou inferior a 2,0 a partir do exercício de 2014 até a data do vencimento.

A Companhia não atingiu os índices financeiros das cláusulas contratuais da debênture e o montante de R\$ 14.238 (R\$ 26.443 em 2014) registrado no passivo não circulante deveria então ser classificado no passivo circulante, entretanto, a Administração acredita que obterá êxito na renegociação das condições, motivo pelo qual não realizou a reclassificação.

Período	2015	2014
2015	-	12.204
2016	12.204	12.204
2017	12.204	12.204
2018	2.034	2.035
	<u>26.442</u>	<u>38.647</u>

Garantias

Para as debêntures, foram concedidas como garantia: (i) três imóveis localizados: São José do Rio Preto em valor aproximado de R\$ 18.000 (fiador), Uberlândia e Ribeirão Preto de R\$ 6.187, (ii) aplicações financeiras realizadas no montante de R\$ 8.700 (fiador), que garantem 60% do valor da operação.

Por meio da Ata da Assembleia Geral dos Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures Simples em 13 de dezembro de 2013 foi aprovada a substituição do imóvel de Uberlândia - MG fornecido em garantia das Debêntures por aplicações financeiras no montante de R\$ 4.000 (fiador).

21 Partes relacionadas

Controlador

Durante o exercício de 2015 e 2014, o controle da Companhia pertence à Henry Visconde.

Operações com o pessoal-chave da administração

Remuneração de pessoal-chave da administração (Consolidado)

Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas. No período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Em 2015, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a direção da Companhia e suas controladas, totalizou R\$ 1.991 (R\$ 2.240, em 2014).

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, são apresentados a seguir:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ativo						
Contas a receber (a)- Nota explicativa nº 11						
BVAC Comércio de Veículos Ltda.	-	83	-	-	978	1.663
ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda.	1	-	-	-	508	-
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.	64	-	-	-	693	-
Total do ativo	65	83	-	-	2.179	1.663
Passivo						
Empréstimos e financiamentos						
Mútuo financeiro a pagar (b)- Nota explicativa nº 19	-	-	(22.017)	(10.000)	(1.781)	(1.280)
Fornecedores						
VISMOB Empreendimentos imobiliários e Participações Ltda.(c)	-	-	-	-	(1.182)	(1.698)
ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda. (c)	-	-	-	(760)	(203)	(531)
Pulsare Comércio de Veículos Ltda.(a)	-	-	(1)	-	-	-
Total de fornecedores - Nota explicativa nº 18	-	-	(1)	(760)	(1.385)	(2.229)
Total do passivo	-	-	(22.018)	(10.760)	(3.166)	(3.509)

- (a) Transações comerciais de venda e compra de produtos e prestação de serviços.
- (b) Mútuo financeiro no valor de R\$ 22.017 tomados junto a membro próximo do acionista controlador final sendo corrigidos a taxa variável 100% do CDI mensal mais 0,5% ao ano e registrado no resultado em despesas financeiras.
- (c) Refere-se à locação de imóveis para operação da Companhia.

Para os empréstimos e financiamentos tomados pelas controladas são concedidos como garantias imóvel e aval pelo controlador.

22 Adiantamentos de clientes

	Consolidado	
	2015	2014
Adiantamentos de clientes de veículos	3.586	5.356
Adiantamentos de clientes de pós-vendas	4.486	2.964
	8.072	8.320

23 Salários, encargos sociais e tributos a recolher

	Consolidado	
	2015	2014
Salários e encargos sociais	2.810	2.944
Provisão de férias	3.007	3.702
Tributos a recolher	1.537	1.868
	7.354	8.514

24 Provisões para contingências - consolidado

As controladas classificam o risco de perda nos processos legais como “remotos”, “possíveis” ou “prováveis”. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos das controladas. As controladas baseadas nas normas contábeis considera não existirem riscos efetivos e não foram registradas provisões em 31 de dezembro de 2015.

Segue composição das provisões:

	2015	2014
Trabalhistas	92	92
Ações de indenização	524	524
Outros	36	36
	652	652

A provisão trabalhista refere-se a uma ação movida por um ex-funcionário de suas controladas.

As ações de indenização referem-se a processos movidos por clientes devido a problemas em veículos revendidos pelas controladas.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$ 29.498 (R\$ 21.729 em 2014) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	2015	2014
Tributária	21.147	18.380
Ações de indenização	7.117	2.557
Outros	1.234	792
	29.498	21.729

As ações tributárias referem-se a autos de infração e imposição de multa de ICMS.

As ações de indenização referem-se a processos movidos por clientes devido a problemas em veículos revendidos pelas controladas.

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado subscrito e integralizado está representado por 40.747.951 ações ordinárias (35.163.439 ações em 2014 sem valor nominal).

	2015 %	2014 %
Henry Visconde	93,12%	98,0%
Raphael Giocondo Pugliese	5,18%	-
Jorg Henning Dornbusch	1,70%	2,0%

Em 30 de janeiro de 2015, o acionista majoritário vendeu para Raphael Giocondo Pugliese 2.109.806 ações da Companhia.

b. Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme apresentado nesta nota explicativa, item (e).

c. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de lucros

Os lucros acumulados apurados até 31 de dezembro de 2012 foram reclassificados no patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de lucros, tendo sido absorvidos integralmente pelo prejuízo do exercício de 31 de dezembro de 2013.

e. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina um dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei 6.404/76.

26 Receita operacional

	Consolidado	
	2015	2014
Receita de venda de veículos novos	429.636	722.801
Receita da oficina	86.282	103.658
Receita de venda de veículos usados	47.667	89.366
Receita de venda de motos novas	90.605	86.482
Receita de bônus das concessionárias	24.174	37.053
Receitas de venda de peças e acessórios	11.680	13.719
Receitas de agregados	10.909	9.217
Receita de venda de motos usadas	7.536	8.652
Total da receita bruta	708.489	1.070.948
Menos:		
COFINS sobre venda	(8.854)	(9.968)
ICMS sobre venda	(1.943)	(2.209)
PIS sobre venda	(1.894)	(2.162)
ISS sobre serviços prestados	(1.094)	(1.305)
IPI sobre venda	-	(5)
Devoluções	(1.694)	(2.572)
Total devoluções e impostos	(15.479)	(18.221)
Total de receita	693.010	1.052.727

27 Custos por natureza

	Consolidado	
	2015	2014
Custos		
Custo de venda de veículos novos	(414.967)	(690.888)
Custo de venda de veículos usados	(41.120)	(83.940)
Custo de venda de motos novas	(82.670)	(75.916)
Custo da oficina	(53.882)	(65.520)
Custos de venda de peças e acessórios	(9.807)	(10.598)
Custo de venda de motos usadas	(6.899)	(7.937)
Custo locação de veículos	(2.008)	-
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(611.353)	(934.799)

28 Despesas comerciais por natureza

	Consolidado	
	2015	2014
Despesa com salários e encargos	(18.052)	(24.481)
Outras despesas	(9.064)	(9.172)
Despesa com comissão de vendas	(5.167)	(7.737)
Despesa com publicidade e propaganda	(4.710)	(6.449)
Despesa com fretes e carretos	(1.184)	(2.448)
Despesa com eventos	(880)	(1.483)
Despesas comerciais	(39.057)	(51.770)

29 Despesas gerais e administrativas por natureza

	Consolidado	
	2015	2014
Despesa com aluguéis	(10.006)	(15.241)
Despesa com depreciação e amortização	(9.498)	(12.484)
Outras despesas	(7.895)	(10.378)
Despesa com salários e encargos	(6.247)	(10.273)
Despesa com telefonia e dados	(2.311)	(2.880)
Despesa com segurança	(1.744)	(2.451)
Despesa com consultoria e assessorias	(1.743)	(2.800)
Despesa com limpeza	(1.603)	(2.145)
Despesa com manutenção e conservação	(1.543)	(1.836)
Despesa com energia elétrica	(1.305)	(1.331)
Despesa com material de consumo	(326)	(735)
Despesa com taxa e emolumentos	(139)	(208)
	(44.360)	(62.762)
Despesas gerais e administrativas	(44.360)	(62.762)

30 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	Consolidado	
	2015	2014
Outras receitas	111	622
Ganho ou (perda) de capital (i)	5.783	(1.733)
	5.894	(1.111)
	5.894	(1.111)

- (i) Em 01 de julho de 2015, a sua controlada, BCLV Comércio de Veículos S.A., celebrou contrato de venda das filiais BMW e Jaguar/Land Rover localizadas na cidade de São José do Rio Preto. Pelo contrato, a Companhia vendeu para a compradora os ativos inerentes à operação de venda/ revenda de automóveis e aos serviços de oficina. O ganho de capital com a venda dos ativos imobilizado e intangível foi de R\$ 257 e R\$ 6.700, respectivamente.

31 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	Consolidado	
	2015	2014
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	123	392
Descontos obtidos	174	256
Juros e multas recebidos	190	236
Variação cambial	-	19
	487	903
 Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(16.383)	(17.460)
Impostos sobre operações financeiras	(2.947)	(3.436)
Despesas bancárias	(1.945)	(2.747)
Descontos concedidos	(1.359)	(1.313)
	(22.634)	(24.956)
 Financeiras líquidas	(22.147)	(24.053)

32 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

31 de dezembro de 2015

Consolidado

	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.704	-	3.704	-	-	-	-
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	32.938	-	32.938	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	84.707	84.707	-	85.121	-	85.121
Debêntures	-	-	26.442	26.442	-	26.734	-	26.734
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	94.317	94.317	-	-	-	-

31 de dezembro de 2014

	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.513	-	4.513	-	-	-	-
Aplicações financeiras	745	-	-	745	-	745	-	745
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	38.023	-	38.023	-	-	-	-
Outros créditos	-	5.398	-	5.398	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	76.198	76.198	-	76.198	-	76.198
Debêntures	-	-	38.647	38.647	-	38.647	-	38.647
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	91.262	91.262	-	91.262	-	91.262

31 de dezembro de 2015

Controladora

	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	180	-	180	-	-	-	-

31 de dezembro de 2014

	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	211	-	211	-	-	-	-

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e suas controladas, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e suas controladas.

c. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		Valor contábil	
	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	10	3.704	5.258
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	11	32.938	38.023

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 3.704 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 5.258 em 31 de dezembro de 2014), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

As movimentações da provisão para perdas por redução no valor recuperável (*impairment*) são apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	2015	2014
Saldo no início do exercício	(623)	(843)
Adição	(400)	220
Saldo no final do exercício	(1.023)	(623)

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

As controladas acreditam que os montantes que não sofrem perda de redução no valor recuperável e que estão vencidos há mais de 30 dias são cobráveis, com base em histórico de comportamento de pagamento.

As suas controladas acreditam que nenhuma provisão será necessária com relação a contas a receber não vencido.

A composição por vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era a seguinte:

	Consolidado	
	2015	2014
A vencer	16.410	15.647
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	9.476	14.074
De 31 a 60 dias	3.159	2.611
De 61 a 90 dias	755	877
De 91 a 180 dias	2.282	1.792
Acima de 181 dias	1.879	3.645
	33.961	38.646
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.023)	(623)
	32.938	38.023

A realização do crédito do contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela diretoria. O contas a receber de clientes é relacionado a vários clientes e as suas controladas consideram o estágio dos procedimentos internos e externos de cobrança para estimar uma provisão para crédito de liquidação duvidosa em contrapartida ao resultado para tais títulos, o que normalmente ocorre para títulos vencidos há mais de 90 dias, sendo feita uma análise individual dos títulos, conforme metodologia revisada pela administração.

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, as suas controladas acreditam que a provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão desse risco se dá pela composição de um capital de giro de curto prazo que sustente as operações de vendas, como: estoque médio e prazo médio de recebíveis, recursos com taxas atrativas e de curto prazo, com giro médio de pagamento dessas operações de 60 dias. Esse capital normalmente é composto de adiantamentos de clientes, 60 dias para pagamento de alguns veículos novos e limite de crédito nos bancos parceiros.

Em eventuais insuficiências de capital de giro, as obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas serão liquidadas mediante aporte de recursos próprios ou de partes relacionadas.

Exposição a riscos de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

• **Cronograma de amortização da dívida - consolidado**

31 de dezembro de 2015	Fluxo		12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 75 Meses
	Valor Contábil	de caixa contratual						
Fornecedores	94.317	94.317	94.317	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	84.707	106.063	51.473	41.634	8.298	3.552	884	222
Debêntures	26.442	31.279	15.594	13.612	2.073	-	-	-

31 de dezembro de 2014	Fluxo		12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 75 Meses
	Valor Contábil	de caixa contratual						
Fornecedores	91.262	91.262	91.262	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	76.198	99.127	63.910	23.237	6.724	3.037	1.607	612
Debêntures	38.647	47.370	16.787	15.106	13.409	2.068	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e suas controladas, possam ser realizados antecipadamente.

f. Risco de mercado

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco da Companhia e de suas controladas virem a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

<i>Consolidado</i>		<u>Valor contábil</u>	
		2015	2014
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Fornecedores		85.528	82.298
Empréstimos e financiamentos		29.159	29.394
<i>Consolidado</i>		<u>Valor contábil</u>	
Risco		2015	2014
Instrumentos de taxa variável			
	CDI	55.548	46.804
	CDI	26.442	38.647

Análise de sensibilidade

As suas controladas possuem R\$ 81.990 de debêntures e empréstimos e financiamentos indexados a taxa pós-fixada, substancialmente o CDI. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI, sendo o cenário provável 10% superior à taxa média de juros efetivos em 2015. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do período e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

<i>Consolidado</i>		Cenários							
		Exposição 31/12/2015		Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%	
Instrumentos	Risco			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Passivos Financeiros - Financiamentos	(55.548)	Aumento CDI	13,18	7.280	16,48	9.101	19,77	10.921	
Passivos Financeiros - Debêntures	<u>(26.442)</u>	Aumento CDI Pré-Over	14,14	<u>3.739</u>	17,68	<u>4.673</u>	21,21	<u>5.608</u>	
Total dos passivos financeiros	<u>(81.990)</u>	***	***	<u>11.019</u>	***	<u>13.774</u>	***	<u>16.529</u>	
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						<u>(2.755)</u>		<u>(5.510)</u>	

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

<i>Consolidado</i>		Cenários							
		Exposição 31/12/2015		Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
Instrumentos	Risco			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Passivos Financeiros - Financiamentos	(55.548)	Redução CDI	13,18	(7.280)	9,89	(5.460)	6,59	(3.640)	
Passivos Financeiros - Debêntures	<u>(26.442)</u>	Redução CDI Pré-Over	14,14	<u>(3.739)</u>	10,61	<u>(2.804)</u>	7,07	<u>(1.869)</u>	
Total dos passivos financeiros	<u>(81.990)</u>	***	***	<u>(11.019)</u>	***	<u>(8.264)</u>	***	<u>(5.509)</u>	
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						<u>2.755</u>		<u>5.510</u>	

O objetivo de suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação de suas controladas e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

33 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrarem o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante)	Maior ou igual a 1
De alavancagem financeira(*)	Maior que 1

(*) Se o grau de alavancagem financeira (GAF) for maior que 1,0 indica que a alavancagem será considerada favorável: o retorno do Ativo Total (conjunto de bens e direitos da Companhia, expressos em moeda) será razoavelmente maior que a remuneração paga ao capital de terceiros.

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	2015	2014
Ativo circulante	134.460	138.794
Passivo circulante	169.975	165.230
Índice de liquidez	0,791	0,840
Resultado do exercício	(17.971)	(21.910)
Patrimônio líquido	20.822	32.335
RPL (retorno sobre o patrimônio líquido)	(0,863)	(0,678)
Resultado do exercício	(17.971)	(21.910)
Ativo total	249.191	255.929
RAT (retorno sobre o ativo total)	(0,072)	(0,086)
GAF (grau de alavancagem financeira) RPL/RAT	11.986	7,884

34 Compromissos com contratos - consolidado

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	2015	2014
Menos de ano	12.693	13.230
Entre um e cinco anos	34.349	27.575
Mais de cinco anos	897	1.365
Total	47.939	42.170

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas possuem contratos de alugueis assinados, com compromisso de desembolsos anuais, conforme demonstrado no quadro acima, cuja vigência dos contratos de locação ocorrerá em média até 2019.

Os arrendamentos mercantis operacionais que a Companhia e suas controladas possuem são referentes aos prédios utilizados para instalação de suas concessionárias nas cidades de, Ribeirão Preto, São Paulo, Uberlândia, Porto Alegre, Brasília e Caxias do Sul.

35 Eventos subsequentes

Em fevereiro de 2016, a BCLV Comércio de Veículos SA recebeu mútuo no montante de R\$ 3.000 de parte relacionada para pagamento de fornecedores (montadoras), cujo vencimento está previsto para agosto de 2016.

* * *

Composição do Conselho da Administração

Henry Visconde
Presidente

Composição da Diretoria

Henry Visconde
Diretor Presidente

Jörg Henning Dornbusch
Diretor

Contador

Michelle Ferreira de Menezes
CRC/SP 1 SP269927/O-5